



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000433574

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 1500100-36.2025.8.26.0540, da Comarca de Mauá, em que é apelante MICHEL VICTOR DA SILVA ALVES, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **deram provimento ao recurso para absolver Michel Victor da Silva Alves, com fundamento no art. 386, VII, do CPP, da acusação que lhe foi feita neste processo. Expeça-se alvará de soltura clausulado. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores VICO MAÑAS (Presidente sem voto), PAULO ROSSI E AMABLE LOPEZ SOTO.

São Paulo, 5 de maio de 2025.

NOGUEIRA NASCIMENTO

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Apelação Criminal nº 1500100-36.2025.8.26.0540

Comarca de Mauá

Apelante: Michel Victor da Silva Alves

Apelado: Ministério Público

Voto nº 5462

ROUBO MAJORADO. MATERIALIDADE COMPROVADA. DÚVIDA QUANTO À AUTORIA. MUTATIO LIBELLI. APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Michel Victor da Silva Alves foi condenado por roubo, conforme art. 157, § 2º, II, do CP, a cinco anos e quatro meses de reclusão, em regime semiaberto, e 13 dias-multa. Recorreu buscando absolvição por insuficiência de provas, desclassificação para receptação, reconhecimento de atenuante de menoridade, fixação de regime menos severo e substituição da pena.
2. A questão em discussão consiste em determinar se há provas suficientes para manter a condenação por roubo ou se o acusado deve ser absolvido devido à fragilidade das provas de autoria.
3. A vítima não reconheceu o acusado como um dos roubadores, afirmando que ele possui tatuagens, enquanto os roubadores não tinham. Os policiais militares encontraram o acusado em posse das mercadorias, mas não presenciaram o roubo. A prova de participação no roubo é considerada frágil.
4. Ante a impossibilidade de aplicação, em segunda instâncias, do art. 384 do CPP, não resta outra solução senão a absolvição do acusado.
5. Recurso provido para absolver Michel Victor da Silva Alves, com fundamento no art. 386, VII, do CPP.

Vistos.

1. Ao relatório da r. sentença, o qual adoto, acrescento que, no Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Mauá, Michel Victor da Silva Alves foi condenado, por infração ao art. 157, § 2º, II, do CP, a cinco anos e quatro meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 13 dias-multa, no piso legal (fls. 139/151).

Inconformado, recorreu o acusado em busca da absolvição pela insuficiência de provas. Subsidiariamente, pede a desclassificação para receptação, o reconhecimento da atenuante da menoridade relativa, a fixação de regime prisional menos severo e a substituição da pena. Postula, por fim, abertura de vista após apresentação de parecer pela Procuradoria Geral de Justiça (fls. 163/179).

Processado e contrariado o recurso, o parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça é pelo seu improvimento (fls. 208/210).

É o relatório.

2. Consta da denúncia que:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através da Promotora de Justiça que esta subscreve, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, inciso I, da Constituição Federal, no art. 25 da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), no art. 24 do Código de Processo Penal e no art. 103, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 734/93 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo), vem à presença de Vossa Excelência oferecer DENÚNCIA em face de MICHEL VICTOR DA SILVA ALVES, qualificado as fls. 22-23 e 56, - Laudo de IML a fl. 34, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

Consta do incluso inquérito policial que, no dia 09 de janeiro de 2025, por volta das 09h39min, na rua Dona Emília Scarparo, 453, Jardim Zaíra, nesta cidade e comarca de Mauá, o denunciado, já qualificado nos autos, previamente ajustado, com unidade de desígnios e divisão de tarefas com outros indivíduos não identificados, mediante grave ameaça e violência contra Denis Ribeiro de Azevedo, concorreu para a subtração, para proveito comum, de 133 (cento e trinta e três) pacotes de mercadorias, de propriedade do Mercado Livre, conforme autos de exibição, apreensão e entrega de fls. 13-14, 16, 18-19 e histórico de 2ª edição do boletim AK5012-2/2025 a fl. 60.

Segundo se fez apurar, na data e local dos fatos, o denunciado e seus comparsas deliberaram praticar crime contra o patrimônio do Mercado Livre e, para tanto, realizaram a divisão das tarefas.

Em ponto de entrega já conhecido pelos criminosos (vide fl. 37 - BO RO7775-1/2024 - datado em 19/12/2024), na rua Dona Emília Scarparo, os três roubadores abordaram Denis Ribeiro de Azevedo, após este realizar a entrega da mercadoria do Mercado Livre, e anunciaram o assalto, dizendo "perdeu, perdeu".

O ofendido conseguiu jogar seu aparelho celular ao solo, ocultando-o dos roubadores, vindo os criminosos a segurar a vítima. Contudo, ao perceber que eles não estavam armados, o ofendido resistiu, ocasião em que dois roubadores empreenderam fuga e um terceiro roubo se apossou das chaves do automóvel FIAT/Fiorino IE, placas CZD6490, chassi 9BD25504558748655, e empreendeu fuga na posse do veículo e das mercadorias do Mercado Livre que estavam no seu interior.

Na sequência, o ofendido retomou seu celular e acionou a Polícia Militar, que chegou ao local após cerca de oito minutos, oportunidade em que informou aos militares as características dos roubadores e os dados do veículo subtraído, sendo encaminhado ao distrito policial pelo militares.

Contudo, após breve lapso temporal, por volta das 10h27min, a Polícia Militar foi acionada via COPOM dando conta da descarga de produtos do Mercado Livre, de um veículo Fiorino, no final da viela Solimões, no Jardim Zaíra, na cidade de Mauá e, de imediato, os militares se dirigiram ao local.

Ao adentrarem na referida viela, os militares avistaram o denunciado em posse de mercadorias do Mercado Livre (fls. 13-14) e o veículo subtraído no local, com parte das mercadorias no seu interior (fl. 15), ensejando a abordagem. Parte da carga, ainda, foi localizada em duas vielas situadas nas proximidades.

Parte da carga subtraída foi apreendida e restituída à vítima (fls. 13-14 e 18), sendo que as mercadorias subtraídas e não localizadas foram avaliadas em R\$ 14.449,39 (quatorze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e nove centavos).

Em que pese o costumeiro acerto do MM. Juiz *a quo*, tenho que com razão a Defesas, sendo de rigor a absolvição do acusado.

Malgrado comprovada a materialidade delitiva, não se pode dizer o mesmo da autoria delitiva.

Com efeito, interrogado em juízo, o acusado negou participação no roubo. Afirmou que tinha ido comprar o pão, viu a Fiorino roubada e pegou algumas mercadorias que estavam lá e estava indo para a sua casa. Disse que só retirou mercadorias do veículo uma vez. Foi ameaçado e correu.

Deu versão bastante similar em sede policial (fls. 5):

QUE, comunicou e recebeu assistência de sua mãe a senhora Alessandra Pedro da Silva. Que, saiu pela manhã para comprar pão e se deparou com um carro Fiorino abandonado e aberto com

algumas mercadorias do Mercado Livre. Que, ficou observando a situação, a rua tinha diversos moradores. Que, viu que ninguém estava cuidando das mercadorias, pegou três caixas e estava indo para sua casa, momento que os Policiais Militares chegaram e se depararam com o declarante com os pacotes em mãos. Que, tentou correr, subiu o escadão correndo e foi cercado por outros 2 policiais. Que, os policiais apreenderam os pacotes e o encaminharam ao 04º DP de Mauá. Que, não participou do roubo e não conhece os autores. Que, recebe cerca de R\$ 150,00 por semana. Que, já participou de outros fatos parecidos e foi preso uma vez, conforme o BO RO7775-1/2024, sendo liberado na audiência de custódia.

E sua versão não foi infirmada pelo restante da prova oral produzida sob o crivo do contraditório.

O ofendido Denis contou que trabalha como entregador do Mercado Livre e foi vítima de roubo. Contou que foi abordado por três pessoas, e não viu arma de fogo, tendo sido ameaçado verbalmente. Afirmou que tentaram segurá-lo dentro da viela e acabaram levando o carro com toda a mercadoria. Estava com dois celulares e o celular de trabalho jogou no chão. Assim que os roubadores se evadiram, ligou para o 190. Depois de uns 40min, disseram que um suspeito foi encontrado. Não reconheceu o acusado como um dos roubadores. Mais que isso, afirmou que o acusado não era um dos roubadores, pois ele tem tatuagens e os roubadores não tinham. Mais uma vez perguntado, reafirmou que tinha certeza que o acusado não participou desse roubo. Contou que os policiais pegaram ele em flagrante, mas ele não o abordou, ele não estava dentre os três roubadores.

Destaco que desde a fase policial, o ofendido não reconheceu o acusado como um dos roubadores (fls. 12).

Os policiais militares não presenciaram o roubo, localizaram o acusado tirando mercadorias do veículo subtraído, conforme se verifica no depoimento prestado em sede policial (fls. 2 e 3).

Em juízo, o policial Patrick corroborou o relato anteriormente prestado, afirmando que foram atender uma ocorrência de roubo em rua próxima, fizeram contato com a vítima e a deixaram para o registro. Depois de cerca de meia hora, viram indivíduos tirando mercadorias de um veículo Fiorino. Adentrou com seu colega de farda em uma viela, na qual viu um indivíduo que descia e colocava objetos no mato. Retornou e foram pela rua. Identificaram a viatura e o indivíduo veio correndo na direção dos policiais, então, eles detiveram o indivíduo e o levaram ao Distrito Policial.

Da prova oral exsurge que, embora o acusado tenha se apropriado de algumas das mercadorias subtraídas que estavam no interior da Fiorino, a prova de sua participação no roubo é extremamente frágil.

De fato, a vítima não só não o reconheceu em sede policial e em juízo, mas como afirmou categoricamente que não era ele um dos indivíduos que o assaltaram, disse, inclusive, que poderia afirmar que não era ele que participou porque o acusado tem tatuagens e os roubadores não tinham.

Não se nega que da análise dos fatos apresentados outras condutas poderiam ter sido imputadas ao acusado – tal como receptação, contudo, malgrado pleiteado o aditamento da denúncia pelo promotor oficiante em 1º Grau, este não foi recebido pelo MM. Juiz *a quo* (fls. 138/139). E, como sabido, em Segunda Instância não se pode aplicar o art. 384 do CPP, nos termos da Súmula nº 453 do STF.

Assim sendo, a única solução, agora, é o decreto de absolvição do apelante, pois não se pode, em grau de apelação, determinar o cumprimento do art. 384 do CPP, conforme referência jurisprudencial acima citada.

Portanto, ante um quadro probatório extremamente frágil para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

conduzir à condenação do acusado pelo crime de roubo, tenho que o acusado deve ser absolvido desta imputação, com fundamento no art. 386, VII, do CPP.

3. Ante o exposto, dou provimento ao recurso para absolver Michel Victor da Silva Alves, com fundamento no art. 386, VII, do CPP, da acusação que lhe foi feita neste processo. Expeça-se alvará de soltura clausulado.

JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA NASCIMENTO
RELATOR

rmmp